PROCESSO SELETIVO PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEAÇU

CARGO: CONSELHEIRO TUTELAR

CONHECIMENTOS ESPECÍFICO – 40 QUESTÕES
DISCURSIVA – 01QUESTÃO

INSTRUÇÕES:

- Este caderno de questões contém quarenta (40) questões objetivas, com cinco (5) alternativas cada uma indicadas por A, B, C, D e E e uma (01) questão discursiva, confira-as.
- Para cada questão objetiva existe apenas uma alternativa correta.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- É terminantemente proibido o uso de calculadoras, relógios digitais, aparelhos sonoros, celulares e similares.
- No preenchimento do Cartão Resposta, use caneta de tinta **azul** ou **preta**.
- Ao receber do Fiscal o caderno de provas e o cartão de resposta, verifique se ambos estão de acordo com os seus dados e a Função para a qual se inscreveu. Qualquer erro, informar imediatamente ao Fiscal. Em caso de erro e a não informação, o Candidato será o único responsável.

ATENÇÃO:

- Verifique se a paginação e numeração das questões deste **caderno** estão corretas.
- Verifique se no Cartão Resposta seu nome, número de inscrição e cargo para o qual concorre estão corretos.
- Se você precisar de algum esclarecimento solicite a presença do coordenador.
- Você dispõe de 04 horas (quatro horas), inclusive com a marcação do Cartão Resposta. Faça-os com tranquilidade, mas controle o seu tempo.
- O candidato somente poderá ausentar-se definitivamente da sala após 01 (uma) hora do início da prova e o caderno de questões só poderá ser levado após 03 (três) horas de permanência em sala.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal da sala o Cartão Resposta devidamente assinado.
- Os três últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos, quando deverão assinar a Ata de Sala.

QUESTÃO 01

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sancionado em 13 de julho de 1990, é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os direitos da criança e do adolescente. Em consonância ao ECA, considere as proposições abaixo:

I- O ECA incorporou os avanços preconizados na Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas e trouxe o caminho para se concretizar o Artigo 227 da Constituição Federal, que determinou direitos e garantias fundamentais a crianças a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

II- Considerado o maior símbolo dessa nova forma de se tratar a infância e a adolescência no país, o ECA inovou ao trazer a proteção integral, na qual crianças e adolescentes são vistos como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento e com prioridade absoluta.

III- O Estatuto é fruto de uma construção coletiva, que envolveu parlamentares, governo, movimentos sociais, pesquisadores, instituições de defesa dos direitos da criança e do adolescente, organismos internacionais, instituições e lideranças religiosas, entre outros atores. Completada as duas décadas de vigência, o Brasil continua mobilizado para que o ECA se mantenha como uma legislação avançada e atualizada.

Da análise dos itens é correto o que se afirma em:

A) Apenas I.
B) Apenas II.
C) Apenas em I E II.
D) Apenas em II E III.
E) I, II E III.

QUESTÃO 02

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança e adolescente:

A) A pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
B) A pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
C) A pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezesseis anos de idade.
D) A pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre treze e dezessete anos de idade.
E) A pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade.

QUESTÃO 03

O ECA no Art. 4º traz que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. No que diz respeito ao ECA, a garantia de prioridade compreende, **exceto:**

A) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
B) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
C) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
D) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
E) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

QUESTÃO 04

Segundo o ECA, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos.

II - Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.

III - Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.

IV - Fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.

Da análise dos itens é correto o que se afirma em:

A) I E II apenas.
B) II E III apenas.
C) I, III E IV apenas.
D) III E IV apenas.
E) I, II, III E IV.

QUESTÃO 05

A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos, **exceto:**

A) Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, sem restrições legais.
B) Opinião e expressão.
C) Crença e culto religioso.
D) Brincar, praticar esportes e divertir-se.
E) Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.

QUESTÃO 06

De acordo com a Lei Federal nº 8069/90, analise as assertivas abaixo em verdadeiras ou falsas.

( ) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

( ) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

( ) É assegurado a todas as mulheres, e principalmente, aquelas atendidas pelo Programa Saúde da mulher , o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

A alternativa que contém a sequência correta de cima para baixo é:

A) V, V, F
B) V, F, V
C) V, F, F
D) F, V, F
E) F, F, V

QUESTÃO 07

O Art. 18 A, do ECA disserta que, a criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los. Para os fins desta Lei, considera-se:

I - Castigo físico: ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em: sofrimento físico; lesão.

II - Tratamento cruel ou degradante: conduta ou forma cruel de tratamento em relação à criança ou ao adolescente que humilhe.

III - Tratamento cruel ou degradante que ameace gravemente; ou ridicularize à criança e o adolescente.

Está correto o que se afirma em:

A) Apenas I.
B) Apenas II.
C) Apenas III.
D) Apenas I E II.
E) I, II E III.

QUESTÃO 08

Sobre o Direito à Convivência Familiar e Comunitária é correto o que se afirma em:

A) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
B) É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e possivelmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

C) Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 02 (dois) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

D) A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 16 (dezesseis meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.

E) Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial.

QUESTÃO 09

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, serão cadastrados para adoção recém-nascidos e crianças acolhidas não procuradas por suas famílias no prazo de:

A) 08 (oito) dias, contado a partir do dia do acolhimento.
B) 15 (quinze) dias, contado a partir do dia do acolhimento.

C) 30 (trinta) dias, contado a partir do dia do acolhimento.

D) 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir do dia do acolhimento.

E) 60 (sessenta) dias, contado a partir do dia do acolhimento.

QUESTÃO 10

Partindo do conceito de família natural, seção II, Art. 25 do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens abaixo em verdadeiro (V) ou falso (F).

( ) Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.

( ) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

( ) Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.

( ) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, disponível e prescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

Da análise dos itens temos:

A) Todas as alternativas verdadeiras.
B) Todas as alternativas falsas.
C) Duas alternativas verdadeiras e duas falsas.
D) Três alternativas verdadeiras e uma falsa.
E) Três alternativas falsas e uma verdadeira.

QUESTÃO 11

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - Direito de ser respeitado por seus educadores;

III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - Acesso à escola pública, particular e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Da análise dos itens é incorreto o que se afirma em:

A) I
B) II
C) III
D) IV
E) V

QUESTÃO 12

O ECA em seu artigo Art. 56, traz que os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

I - Maus-tratos envolvendo seus alunos.

II - Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

III - Elevados níveis de repetência.

IV – Falta de professores.

Da análise dos itens é correto o que se afirma em:

A) I E IV APENAS.
B) II E IV APENAS.
C) I, II E III APENAS.
D) II, III E IV APENAS.
E) I, II, III E IV.

QUESTÃO 13

De acordo ao ECA é proibido qualquer trabalho a menores de quantos anos, salvo na condição de aprendizagem?

A) 12 anos
B) 13 anos
C) 14 anos
D) 15 anos
E) 16 anos

QUESTÃO 14

Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho, exceto:

A) Noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
B) Perigoso, insalubre ou penoso.
C) Realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.
D) Realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.
E) Noturno, realizado entre as vinte e quatro horas de um dia e as oito horas do dia seguinte.

QUESTÃO 15

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações destinadas a coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante e difundir formas não violentas de educação de crianças e de adolescentes, tendo como principais ações: (Considere V para as ações verdadeiras e F para as falsas)

( ) A integração com os órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, com o Conselho Tutelar, com os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e com as entidades não governamentais que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

( ) A formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do

adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente.

( ) O apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente.

( ) A inclusão, nas políticas públicas, de ações que visem a garantir os direitos da criança e do adolescente, desde a atenção pré-natal, e de atividades junto aos pais e responsáveis com o objetivo de promover a informação, a reflexão, o debate e a orientação sobre alternativas ao uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante no processo educativo.

Da análise das ações a alternativa que apresenta a sequência correta é de cima para baixo é:

A) V, F, V, F.
B) V, V, V, V.
C) F, V, F, F.
D) V, V, V, F.
E) F, F, V, F.

QUESTÃO 16

Segundo o Estatuto da criança e do Adolescente, é proibida a venda à criança ou ao adolescente de:

I - Armas, munições e explosivos.

II - Bebidas alcoólicas.

III - Produtos cujos componentes possam causar dependência química ou psíquica ainda que por utilização devida.

IV - Fogos de estampido e de artifício, sem exceção, mesmo aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

Está correto o que se afirma nos itens:

A) I, II E III Apenas.
B) I E II Apenas.
C) III E IV Apenas.
D) II E III Apenas
E) I, III E IV Apenas

QUESTÃO 17

A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. São linhas de ação da política de atendimento, EXCETO:

A) Políticas sociais básicas.

B) Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem.

C) Serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social de garantia de proteção social e de prevenção e redução de violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências.

D) Serviços especiais de prevenção e atendimento apenas médico, e, não psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.

E) Políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes.

QUESTÃO 18

Segundo a Lei Federal 8069/90 são diretrizes da política de atendimento:

I- Municipalização do atendimento;

II- Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais;

III- Criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa;

IV- Serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V - Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente

Estão incorretos os itens:

A) I, II E V.
B) IV E V.
C) I, III E V.
D) I, II E III.
E) I, II, IV E V.

QUESTÃO 19

As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento as crianças e adolescentes serão fiscalizadas pelo (s):

A) Apenas pelo Judiciário.
B) Apenas pelos Conselhos Tutelares.
C) Pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.
D) Pelo Judiciário e pelos Conselhos Tutelares.
E) Pelo Judiciário, pelo Ministério Público e pelos Conselhos Tutelares.

QUESTÃO 20

O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei 8069/90. Sobre o Conselho Tutelar, julgue os itens abaixo em verdadeiro (V) ou falso (F):

( ) Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

( ) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, será exigido como requisito, reconhecida idoneidade moral.

( ) Para a candidatura a membro d

o Conselho Tutelar, será exigido como requisito, idade superior a dezoito anos de idade.

( ) Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, será exigido como requisito, residir no município.

Da análise dos itens temos:

A) Todas as alternativas verdadeiras.
B) Duas alternativas verdadeiras e duas falsas.
C) Três alternativas verdadeiras e uma falsa.
D) Três alternativas falsas e uma verdadeira.
E) Todas as alternativas falsas.

QUESTÃO 21

As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente será negado o registro à entidade que:

A) Ofereça instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança.
B) Apresente plano de trabalho compatível com os princípios desta Lei.
C) Esteja regularmente constituída.
D) Tenha em seus quadros pessoas inidôneas.
E) Se adequar e deixar de cumprir as resoluções e deliberações relativas à modalidade de atendimento prestado expedidas pelos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, em todos os níveis.

QUESTÃO 22

As entidades que desenvolvem programas de internação têm as seguintes obrigações, entre outras, exceto:

A) Observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes.
B) Não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação.
C) Oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos.
D) Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente.
E) Negligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares.

QUESTÃO 23

São asseguradas ao adolescente, entre outras, as seguintes garantias:

I - Pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.

II - Igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa.

III - Defesa técnica por advogado.

IV - Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei.

V - Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente;

São garantias asseguradas ao adolescente:

A) Apenas I.
B) Apenas II.
C) Apenas III.
D) Apenas IV.
E) I, II, III, IV E V.

QUESTÃO 24

Segundo a Lei Federal 8069/90, é assegurado aos membros do Conselho Tutelar o direito a:

01- Cobertura previdenciária;
03- Gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;
06- Licença-maternidade;
08- Licença-paternidade;
10- Décimo terceiro;
12- Gratificação natalina.

A soma dos itens corretos equivale a:

A) 18.
B) 20.
C) 30.
D) 36.
E) 40.

QUESTÃO 25

São atribuições do Conselho Tutelar:

I- Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII.

II- Atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII.

III- Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

IV- Encaminhar ao prefeito municipal notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

São atribuições o que se afirma nos itens:

A) I, II E IV APENAS.
B) II, III E IV APENAS.
C) I, III E IV APENAS.
D) I, II E III APENAS.
E) I, II, III E IV.

QUESTÃO 26

A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

I - Conhecer de representações promovidas pelo Conselho Tutelar, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis;

II - Conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo;

III - Conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes;

IV - Aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.

Está incorreto o que se afirma no item:

A) I E II.
B) II e III.
C) APENAS I.
D) III E IV.
E) II, III E IV.

QUESTÃO 27

Conforme o ECA, aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso, pena de:

A) Reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
B) Reclusão, de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
C) Reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
D) Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
E) Reclusão, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa.

QUESTÃO 28

Os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital e municipais divulgarão amplamente à comunidade:
I – O calendário de suas reuniões;

II - As ações prioritárias para aplicação das políticas de atendimento à criança e ao adolescente;

III - Os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, estaduais, distrital ou municipais;

IV - A relação dos projetos aprovados em cada dois anos-calendário e o valor dos recursos previstos para implementação das ações, por projeto;

V - O valor parcial dos recursos recebidos e a respectiva destinação, por projeto atendido, inclusive com cadastramento na base de dados do Sistema de Informações sobre a Infância e a Adolescência.

Estão corretas as assertivas:

A) I, III E V.
B) I, II E III.
C) I, II, IV E V.
D) II, III E IV.
E) I, IV E V.

QUESTÃO 29

O artigo 121 do ECA, ressalta que a internação de adolescentes constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. De acordo ao artigo 122 desta mesma lei, a medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - Tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa.

II - Por reiteração no cometimento de outras infrações graves.

III - Por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

É correto o que se afirma em:

A) Apenas em I.
B) Apenas em II.
C) Apenas em III.
D) Apenas em II E III.
E) I, II E III.

QUESTÃO 30

São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes, EXCETO:

A) Entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público.
B) Peticionar diretamente a qualquer autoridade.
C) Avistar-se apenas publicamente com seu defensor.
D) Ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada.
E) Ser tratado com respeito e dignidade.

QUESTÃO 31

Analise a seguinte situação: O Conselho Tutelar recebe uma denúncia de que a mãe, nos finais de semana, costuma deixar sozinho em casa à noite o seu filho de apenas 2 anos de idade, sai para a rua e só volta de madrugada. Qual a primeira providência a ser adotada pelo Conselho Tutelar?

A) Visitar a mãe, adverti-la com rigor da sua conduta e fazer o acompanhamento da família durante um determinado período.

B) Tirar a criança da mãe e colocá-la em uma família substituta.
C) Denunciar a mãe na Secretaria de Assistência Social.
D) Encaminhar, de pronto, relatório à Promotoria de Justiça para que esta adote as providências que julgar necessárias sob pena de ser responsabilizado por omissão.
E) Encaminhar a criança para adoção.

QUESTÃO 32
São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, **exceto:**

A) Marido e mulher.
B) Ascendentes e descendentes.
C) Sogro e genro ou nora.
D) Irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho.
E) Amigos ou vizinhos sem ligação consanguínea.

QUESTÃO 33
A Justiça da Infância e da Juventude é competente para:

A) Conhecer de representações promovidas pelo Conselho Tutelar para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis.
B) Conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo.
C) Conhecer de pedidos de adoção sem reconhecimento dos seus incidentes.
D) Desconhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente.
E) Conhecer de ações decorrentes de regularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis.

QUESTÃO 34
Segundo o Art. 149 do ECA, compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará: a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em:

A) Estádio, ginásio, campo desportivo e escolas.
B) Bailes ou promoções dançantes e festas de aniversários.
C) Boate ou congêneres.
D) Casa que explore comercialmente diversões eletrônicas e parque de diversões.
E) Estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão, especialmente, escolas de teatros.

QUESTÃO 35
Não pode ser considerado um requisito para a concessão de pedidos de colocação em família substituta:

A) Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste.
B) Indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, não sendo necessário especificar se tem ou não parente vivo.
C) Qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos.
D) Indicação do cartório onde foi inscrito nascimento, anexando, se possível, uma cópia da respectiva certidão.
E) Declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

QUESTÃO 36
Analise essa situação hipotética: Karla passou sérios problemas, após perder toda a sua família, por este motivo, deverá ser colocada em família substituta. De acordo com o Art. 28, parágrafo segundo do ECA, para que isso aconteça será necessário seu consentimento, colhido em audiência, caso Karla já tenha:

A) 8 anos.
B) 9 anos.
C) 10 anos.
D) 11 anos.
E) 12 anos.

QUESTÃO 37
Análise a seguinte situação: O Conselho Tutelar de Sapeaçu- Ba, recebeu uma denúncia que uma criança de oito anos está com seus direitos violados, após averiguação e comprovação da denúncia, como ação imediata, requisitou serviço público na área de saúde pedindo providências. Não sendo atendido, sem justificativa, na requisição, o Conselho Tutelar representou o caso junto a/ao:

A) Prefeito Municipal.
B) Câmara Municipal.
C) Secretaria de Educação.
D) Juiz da Vara da Infância e da Juventude.
E) Secretaria de Desenvolvimento Social.

QUESTÃO 38
Maria Helena é médica de estabelecimento de atenção à saúde de gestante e em um dos seus plantões deixou de identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto, bem como deixou de proceder aos exames referidos no Art.10 do Estatuto. Partindo dessas falhas e tendo como base o ECA, Maria Helena pode pegar pena de:

A) Detenção de seis meses a dois anos.
B) Detenção de oito meses a dois anos.
C) Detenção de um ano a dois anos
D) Detenção de oito meses apenas.
E) Detenção de um ano apenas.

QUESTÃO 39
Segundo a Lei 8069/90, a quem fica autorizado a repassar aos estados e municípios, e os estados aos municípios, os recursos referentes aos programas e atividades previstos nesta Lei, tão logo estejam criados os conselhos dos direitos da criança e do adolescente nos seus respectivos níveis?

A) Ao Ministério Público.

B) A Prefeitura local.
C) Ao Conselho Tutelar.
D) A União.
E) A Primeira Vara da Infância.

QUESTÃO 40

De acordo ao ECA, produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, por qualquer meio, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente, requer:

A) Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.
B) Pena – reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.
C) Pena – reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.
D) Pena – reclusão, de 4 (quatro) a 6 (seis) anos, e multa.
E) Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa.

QUESTÃO DISCURSIVA 01

Instruções para responder a questão discursiva:

- Leia com bastante atenção a questão e seu comando antes de respondê-la.
- Use caneta de tinta azul ou preta para responder a questão.
- Rasuras e borrões na resposta da questão serão penalizadas.
- Respostas escritas a lápis serão automaticamente anuladas.
- Resposta que fujam do solicitado na questão serão anuladas.
- A resposta elaborada deverá apresentar, no mínimo, 10 (dez) linhas.
- **Critérios para correção:**

- Objetividade na elaboração e organização da resposta.
- Argumentação coesa e coerente das ideias na elaboração da resposta, considerando a situação-problema apresentada.
- Informatividade.
- Fundamentação teórica na elaboração da resposta.
- Domínio da escrita formal da língua portuguesa.

Pedro Joaquim, 13 anos, reside em Sapeaçu, Bahia, com a mãe. Usuário de droga, furtou a mãe, com quem morava, para pagar a "boca". Desesperado para que a mãe não descobrisse que ele era viciado e o furto que ele fez, fugiu de sua casa. O pai dele reside em outro estado. Desacompanhado, hospedou-se num hotel em Santo Antônio de Jesus, onde pernoitou, e, de ônibus, no dia seguinte, viajou para Salvador, onde reside sua avó paterna. Um conselheiro tutelar de Salvador, comunicado do caso, aplicou-lhe advertência pelo furto e expediu termo de guarda e responsabilidade em favor da avó. Três anos depois, como a genitora nunca visitou o filho, a avó ajuizou em face dela pedido de suspensão do poder familiar com adoção. Dirigiu o pedido à Vara da Infância e Juventude de Salvador, tendo o magistrado remetido os autos para Vara da Família de Sapeaçu.

Considerando a Lei 8.069, o Estatuto da Criança e do Adolescente, e refletindo sobre a situação acima relatada, elabore uma resposta coesa e coerente, fundamentada no ECA, justificando e explicando, as desconformidades e incoerências do caso acima explicitado, respeitando o que está especificado no ECA.